



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 16 de dezembro de 2020



Série

Número 235

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Despacho n.º 504/2020

Nomeia o licenciado Marco António Rodrigues Figueira, em regime de comissão de serviço, no cargo de Direção Intermédia de 1.º grau, de Diretora de Gestão de Recursos, do Instituto de Desenvolvimento Regional.

Aviso n.º 708/2020

Procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor do Gabinete Jurídico, do Gabinete do Secretário Regional.

Aviso n.º 709/2020

Procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Divisão do Laboratório de Metrologia da Madeira Dr. José Agostinho Pereira de Gouveia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

Aviso n.º 710/2020

Procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor de Serviços de Energia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Aviso n.º 711/2020

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental, com o Técnico Superior, Pedro Nuno Abreu Correia Tranquada Gomes.

Aviso n.º 712/2020

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental, com o Assistente Técnico, Duarte Paulo Pereira Correia.

Aviso n.º 713/2020

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental, com a Assistente Técnica, Maria José Abreu .

Aviso n.º 714/2020

Afixação do projeto lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para um posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, na área de Direito, conforme Aviso n.º 618/2020, publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 219, de 20 de novembro.

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Despacho n.º 505/2020

Nomeia, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, Diretor de Serviços de

Prevenção e Segurança do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o licenciado em Engenharia Civil, Luís Miguel Figueira da Silva Sousa.

Despacho n.º 506/2020

Nomeia, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Segurança contra Incêndios em Edifícios do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o licenciado em Engenharia Civil, Emanuel Nunes Ferreira.

Aviso n.º 715/2020

Afixação da Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, afetos ao mapa de pessoal do Gabinete do Secretário Regional da Saúde e Serviços Dependentes, aberto através do Aviso n.º 491/2019, de 19 de setembro de 2019.

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Aviso n.º 716/2020

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Carla Rubina Freitas de Sousa Basílio, Fabiano Baptista Abreu, Helena Maria Spínola de Vasconcelos Cardoso, Hélio Luís de Sousa Cabral e Maria dos Anjos Fernandes Belo Gomes, autorizado por despacho de 4 de dezembro de 2020 da Secretária Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, para ocupação de seis postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, abrangidos pelo Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (anteriormente designada Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais), ficando os trabalhadores afetos ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

Aviso n.º 717/2020

Abertura de procedimento concursal comum, destinado a trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, para ocupação, mediante a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 6 postos de trabalho previstos e não ocupados da carreira e categoria de técnico de espaços verdes abrangidos pelo Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Despacho n.º 504/2020

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64 A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011 de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, na sequência da proposta de nomeação do júri do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 532/2020, publicado no JORAM, II Série, n.º 190, Suplemento, de 12 de outubro.

Ao abrigo do n.º 6 do artigo 5.º e dos n.ºs 11 e 12 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e, 27/2016/M, de 6 de julho, e da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e alínea a) do n.º 1.º do artigo 9.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, 79/2018, de 2 de setembro, e, 82/2019, de 2 de setembro, determino:

1 - Nomear o licenciado Marco António Rodrigues Figueira, em regime de comissão de serviço, no cargo de Direção Intermédia de 1.º grau, de Diretora de Gestão de Recursos, do Instituto de Desenvolvimento Regional.

2 - O presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2020.

Este provimento tem cabimento orçamental no orçamento privativo do IDE, IP-RAM, para 2020 - Funcionamento Normal, Classificação Económica: 01.01.09, 01.01.11, 01.01.13, 01.01.14SN e 01.03.05A0B0.

Secretaria Regional de Economia, 30 de novembro de 2020.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE ECONOMIA, Rui Miguel da Silva Barreto

Anexo do Despacho n.º 504/2020, de 16 de dezembro

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Marco António Rodrigues Figueira

Data de Nascimento: 18/10/1976

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Contabilidade e Administração no ramo de Auditoria

Experiência Profissional:

- Diversas formações no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (encerramento de contas; orçamentos de Estado; CIVA; benefícios fiscais) ministradas pela ACIF - Associação Comércio e Indústria do Funchal e pela delegação da Madeira da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Formação sobre o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades ministrada pela PWC - PricewaterhouseCoopers - Assessoria e Gestão, Lda.;
- Curso de Formação de Formadores ministrado pela Serform, Lda.;
- Excel aplicado à contabilidade ministrado pela Sulog - Suportes Lógicos, Lda.;
- Curso de inglês ministrado pela Academia de Línguas da Madeira;

Formação complementar:

- Desde abril de 2020 - Técnico Superior, em regime de Cedência de Interesse Público no IDE, IP-RAM;
- 2019 - 2020 - Técnico Superior, em regime de Cedência de Interesse Público na Unidade Técnica da Direção Regional Adjunta de Finanças;
- 2019 - Técnico Superior na Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento;
- 2014 - 2019 - Contabilista Certificado na Grupo Sousa Serviços Partilhados, Lda.;
- 2012 - 2013 - Técnico Oficial de Contas na Migalcat, Lda.;
- 2007 - 2011 - Chefe de contabilidade na empresa Correia e Vasconcelos, S. A.;
- 2005 - 2007 - Técnico Oficial de Contas na Siram Gest, Lda.;
- 2004 - 2005 - Técnico de Contabilidade na José Avelino Pinto & Filhos, Lda.;
- 2003 - 2004 - Técnico de Contabilidade Estagiário na Gescoram, Gest. Cont., Lda..

Aviso n.º 708/2020

Procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor do Gabinete Jurídico, do Gabinete do Secretário Regional

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3 B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Economia, de 24 de novembro de 2020, se encontra aberto procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor do Gabinete Jurídico, do Gabinete do Secretário Regional de Economia.

1. Cargo dirigente a prover: Diretor do Gabinete Jurídico, do Gabinete do Secretário Regional de Economia.

- a) Área de atuação: As constantes do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e, no âmbito das atribuições do Gabinete Jurídico, as constantes do artigo 4.º da Portaria n.º 40/2020, de 19 de fevereiro.
- b) Área de recrutamento e requisitos legais de provimento: Licenciatura em Direito e os constantes do n.º 1 do artigo 3.º A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 14 de julho, a saber:
 - i) Ser trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado;
 - ii) Possuir 6 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura em Direito.
- c) Perfil pretendido:
 - i) Conhecimentos especializados e experiência nas áreas de atribuições do Gabinete Jurídico, nomeadamente as previstas no artigo 4.º da Portaria n.º 40/2020, de 19 de fevereiro;
 - ii) Capacidade de planeamento e de organização;
 - iii) Capacidade de liderança e gestão das pessoas;
 - iv) Capacidade de otimização de recursos;
 - v) Capacidade de decisão;
 - vi) Capacidade de orientação para a inovação e mudança;
 - vii) Capacidade de responsabilidade e compromisso com o serviço;
 - viii) Capacidade de análise da informação e sentido crítico;
 - ix) Capacidade de relacionamento interpessoal;
 - x) Capacidade de representação e colaboração institucional.

2. Apresentação de candidatura: A candidatura ao presente procedimento concursal é apresentada no prazo máximo de dez dias contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), através de requerimento dirigido a Sua Excelência o Secretário Regional de Economia, e entregue pessoalmente, no Gabinete do Secretário Regional de Economia, à Quinta Vila Passos, Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 15, no Funchal, nos períodos compreendidos das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h30, ou remetido por correio, registado e com aviso de receção, ao Gabinete do Secretário Regional de Economia, à Quinta Vila Passos, Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 15, 9054-505 Funchal, não sendo aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

3. Documentos a juntar ao requerimento:

- 3.1. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deve ser acompanhado da seguinte documentação, sendo que a falta de qualquer elemento determinará a exclusão:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo dos requisitos previstos n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão, serviço ou entidade onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura.

3.2. O candidato deve ainda juntar:

- a) Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;
- b) Documentos comprovativos da experiência profissional e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.

4. Procedimento concursal:

- a) Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar no presente procedimento é a Entrevista Pública (EP).
- b) Júri do procedimento concursal:

Presidente:

- Dr. Gonçalo Nuno Freitas Santos, Chefe do Gabinete do Secretário Regional de Economia.

Vogais efetivos:

- Dra. Maria do Céu de Freitas Gonçalves da Costa Mendes Vieira Fernandes, Diretora do Gabinete de Recursos Humanos, do Gabinete do Secretário Regional de Economia, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Dra. Maria Madalena Ramos de Freitas Araújo de Sousa Freitas, Diretora de Serviços dos Transportes Terrestres, da Direção Regional de Economia e dos Transportes Terrestres.

Vogais suplentes:

- Dr. Feliciano Acácio Teixeira Maciel Perestrelo, Diretor da Unidade de Gestão da Secretaria Regional de Economia, do Gabinete do Secretário Regional de Economia;
- Eng.º João Porfírio Nunes Coelho, Diretor de Serviços da Indústria, da Direção Regional de Economia e dos Transportes Terrestres.

Secretaria Regional de Economia, 30 de novembro de 2020.

O CHEFE DO GABINETE, Gonçalo Nuno Santos

Aviso n.º 709/2020

Procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Divisão do Laboratório de Metrologia da Madeira Dr.

José Agostinho Pereira de Gouveia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3 B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Economia, de 16 de outubro de 2020, se encontra aberto procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Divisão do Laboratório de Metrologia da Madeira Dr. José Agostinho Pereira de Gouveia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

1. Cargo dirigente a prover: Chefe de Divisão do Laboratório de Metrologia da Madeira Dr. José Agostinho Pereira de Gouveia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

- a) Área de atuação: As constantes do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e, no âmbito das atribuições da Divisão do Laboratório de Metrologia da Madeira Dr. José Agostinho Pereira de Gouveia, as constantes do artigo 4.º do Despacho n.º 186/2016, de 6 de maio.
- b) Área de recrutamento e requisitos legais de provimento: Licenciatura na área da Engenharia Mecânica e os constantes do n.º 1 do artigo 3.º A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 14 de julho, a saber:
 - i) Ser trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado;
 - ii) Possuir 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura na área da Engenharia Mecânica.
- c) Perfil pretendido:
 - i) Conhecimentos especializados e experiência nas áreas de atribuições da Divisão do Laboratório de Metrologia da Madeira Dr. José Agostinho Pereira de Gouveia, nomeadamente as previstas no artigo 4.º do Despacho n.º 186/2016, de 6 de maio;
 - ii) Capacidade de planeamento e de organização;
 - iii) Capacidade de liderança e gestão das pessoas;
 - iv) Capacidade de otimização de recursos;
 - v) Capacidade de decisão;
 - vi) Capacidade de orientação para a inovação e mudança;
 - vii) Capacidade de responsabilidade e compromisso com o serviço;
 - viii) Capacidade de análise da informação e sentido crítico;
 - ix) Capacidade de relacionamento interpessoal;
 - x) Capacidade de representação e colaboração institucional.

2. Apresentação de candidatura: A candidatura ao presente procedimento concursal é apresentada no prazo máximo de dez dias contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), através de requerimento dirigido a Sua Excelência o Secretário Regional de Economia, e entregue pessoalmente, no Gabinete do Secretário Regional de Economia, à Quinta Vila Passos, Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 15, no Funchal, nos períodos compreendidos das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h30, ou remetido por correio, registado e com aviso de receção, ao Gabinete do Secretário Regional de Economia, à Quinta Vila Passos, Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 15, 9054-505 Funchal, não sendo aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

3. Documentos a juntar ao requerimento:

3.1. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deve ser acompanhado da seguinte documentação, sendo que a falta de qualquer elemento determinará a exclusão:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo dos requisitos previstos n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão, serviço ou entidade onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura.

3.2. O candidato deve ainda juntar:

- a) Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;
- b) Documentos comprovativos da experiência profissional e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.

4. Procedimento concursal:

- a) Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar no presente procedimento é a Entrevista Pública (EP).
- b) Júri do procedimento concursal:

Presidente:

- Dra. Isabel Catarina Jesus Abreu Rodrigues, Diretora Regional de Economia e Transportes Terrestres.

Vogais efetivos:

- Eng.º João Porfírio Nunes Coelho, Diretor de Serviços da Indústria, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, que substituiu o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Dra. Maria do Céu de Freitas Gonçalves da Costa Mendes Vieira Fernandes, Diretora do Gabinete de Recursos Humanos, do Gabinete do Secretário Regional de Economia.

Vogais suplentes:

- Eng.ª Laura Merita Santana Martins Anjo Teixeira, Diretora de Serviços de Viação, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres;
- Eng.ª Ana Cristina Ferreira Marques Nunes Murilhas, Chefe da Divisão da Indústria e dos Recursos Geológicos, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

Secretaria Regional de Economia, 30 de novembro de 2020.

O CHEFE DO GABINETE, Gonçalo Nuno Santos

Aviso n.º 710/2020

Procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor de Serviços de Energia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3 B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Economia, de 13 de outubro de 2020, se encontra aberto procedimento concursal para o preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor de Serviços de Energia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

1. Cargo dirigente a prover: Diretor de Serviços de Energia, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

- a) Área de atuação: As constantes do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e, no âmbito das atribuições da Direção de Serviços de Energia, as constantes do artigo 6.º da Portaria n.º 375/2020, de 22 de julho.
- b) Área de recrutamento e requisitos legais de provimento: Licenciatura na área da Engenharia Eletrotécnica e de Computadores e os constantes do n.º 1 do artigo 3.º A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 14 de julho, a saber:
 - i) Ser trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado;
 - ii) Possuir 6 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura na área da Engenharia Eletrotécnica e de Computadores.
- c) Perfil pretendido:

- i) Conhecimentos especializados e experiência nas áreas de atribuições da Direção de Serviços de Energia, nomeadamente as previstas no artigo 6.º da Portaria n.º 375/2020, de 22 de julho;
 - ii) Capacidade de planeamento e de organização;
 - iii) Capacidade de liderança e gestão das pessoas;
 - iv) Capacidade de otimização de recursos;
 - v) Capacidade de decisão;
 - vi) Capacidade de orientação para a inovação e mudança;
 - vii) Capacidade de responsabilidade e compromisso com o serviço;
 - viii) Capacidade de análise da informação e sentido crítico;
 - ix) Capacidade de relacionamento interpessoal;
 - x) Capacidade de representação e colaboração institucional.
2. Apresentação de candidatura: A candidatura ao presente procedimento concursal é apresentada no prazo máximo de dez dias contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), através de requerimento dirigido a Sua Excelência o Secretário Regional de Economia, e entregue pessoalmente, no Gabinete do Secretário Regional de Economia, à Quinta Vila Passos, Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 15, no Funchal, nos períodos compreendidos das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h30, ou remetido por correio, registado e com aviso de receção, ao Gabinete do Secretário Regional de Economia, à Quinta Vila Passos, Rua Alferes Veiga Pestana, n.º 15, 9054-505 Funchal, não sendo aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

3. Documentos a juntar ao requerimento:

3.1. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deve ser acompanhado da seguinte documentação, sendo que a falta de qualquer elemento determinará a exclusão:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo dos requisitos previstos n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão, serviço ou entidade onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura.

3.2. O candidato deve ainda juntar:

- a) Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;

- b) Documentos comprovativos da experiência profissional e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.

4. Procedimento concursal:

- a) Métodos de seleção: Os métodos de seleção a utilizar no presente procedimento é a Entrevista Pública (EP).
- b) Júri do procedimento concursal:

Presidente:

- Dra. Cristina Teixeira de Jesus Loreto, Subdiretora Regional de Economia e Transportes Terrestres, da Secretaria Regional de Economia.

Vogais efetivos:

- Eng.º João Porfírio Nunes Coelho, Diretor de Serviços da Indústria, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Dra. Maria do Céu de Freitas Gonçalves da Costa Mendes Vieira Fernandes, Diretora do Gabinete de Recursos Humanos, do Gabinete do Secretário Regional de Economia.

Vogais suplentes:

- Eng.ª Laura Merita Santana Martins Anjo Teixeira, Diretora de Serviços de Viação, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres;
- Dra. Maria Luísa Correia Órfão, Diretora de Serviços de Gestão, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres.

Secretaria Regional de Economia, 30 de novembro de 2020.

O CHEFE DO GABINETE, Gonçalo Nuno Santos

**SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Aviso n.º 711/2020

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental, com o Técnico Superior, Pedro Nuno Abreu Correia Tranquada Gomes, com efeitos a 1 de dezembro de 2020, por força do artigo 12.º da referida Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, com a remuneração base de 1205,08€, montante pecuniário do 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

Secretaria Regional de Educação, Ciências e Tecnologia, 11 de dezembro de 2020.

A CHEFE DE GABINETE, Ana Odília Franco de Gouveia Figueiredo

Aviso n.º 712/2020

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental, com o Assistente Técnico, Duarte Paulo Pereira Correia, com efeitos a 1 de dezembro de 2020, por força do artigo 12.º da referida Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, com a remuneração base de 693,13€, montante pecuniário do 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

Secretaria Regional de Educação, Ciências e Tecnologia,
11 de dezembro de 2020.

A CHEFE DE GABINETE, Ana Odília Franco de Gouveia
Figueiredo

Aviso n.º 713/2020

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental, com a Assistente Técnica, Maria José Abreu Pereira, com efeitos a 16 de dezembro de 2020, por força do artigo 12.º da referida Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, com a remuneração base de € 693,13, montante pecuniário do 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

Secretaria Regional de Educação, Ciências e Tecnologia,
11 de dezembro de 2020.

A CHEFE DE GABINETE, Ana Odília Franco de Gouveia
Figueiredo

INSTITUTO PARA A QUALIFICAÇÃO, IP-RAM

Aviso n.º 714/2020

Para conhecimento dos interessados, torna-se público que o Projeto lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para um posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, na área de Direito, conforme Aviso n.º 618/2020, publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 219, de 20 de novembro, se encontra afixado junto à Entrada dos Serviços Administrativos, do Instituto para a Qualificação, IP-RAM (IQ, IP-RAM), sito à Estrada Comandante Camacho de Freitas, 9020-148 Funchal, e disponível na página eletrónica deste Instituto em www.madeira.gov.pt/iq.

Mais se informa que, nos termos do artigo 23.º, conjugado com a alínea d) do artigo 10.º da Portaria

n.º 125-A/2019, de 30 de abril, para efeitos de audiência prévia, os interessados dispõem de um prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso, para dizerem o que se lhes oferecer, através de formulário tipo, de utilização obrigatória, que se encontra disponível para download na página eletrónica do IQ, IP-RAM, em www.madeira.gov.pt/iq e em formato de papel disponível nos serviços administrativos do IQ, IP-RAM.

Instituto para a Qualificação, IP-RAM, aos 14 de dezembro de 2020.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL**Despacho n.º 505/2020**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 11 e 12 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho e alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, e com a alínea i) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2020/M, de 2 de janeiro, tendo sido cumprido todos os formalismos legais e na sequência da proposta de nomeação do júri do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 309/2020, publicado no JORAM, II Série, n.º 130, suplemento, de 9 de julho, determino o seguinte:

- 1- Nomear, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, Diretor de Serviços de Prevenção e Segurança do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o licenciado em Engenharia Civil, Luís Miguel Figueira da Silva Sousa.
- 2- A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.
- 3- A nota curricular do nomeado consta em Anexo ao presente despacho e dele faz parte integrante.
- 4- Esta despesa tem cabimento orçamental na rubrica da Secretaria 46, Capítulo 03, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas 01.01.03.00.00; 01.01.11.00.00; 01.01.13.00.00; 01.03.05.A0.A0.

A presente nomeação não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, aos 7 dias do mês de dezembro de 2020.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL,
Pedro Miguel de Câmara Ramos

Anexo do Despacho n.º 505/2020, de 16 de dezembro

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Luís Miguel Figueira da Silva Sousa

Naturalidade: Funchal

Data de nascimento: 19-09-1964

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Especialização em Engenharia de Segurança pela Ordem dos Engenheiros;
- Diploma Técnico Europeu pelo Centre National de Prevencion et de Protection;
- Certificat Technique Incendie - Institut Supérieur de Securite;
- Certificate Confederation of Fire Protection Associations - CNPP e CFPA Europe.

Experiência Profissional:

- Desde 24 de julho de 2020- Diretor de Serviços de Preveção e Segurança do Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM;
- Desde agosto 2013 - Dirigente do Núcleo de Análise de Riscos do Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM, exercendo a coordenação da unidade orgânica, análise, validação e emissão de pareceres no âmbito de projetos de especialidade de SCIE, medidas de autoproteção, realização de inspeções e vistorias; apoio nos processos de identificação, caracterização e avaliação de riscos coletivos que possam afetar a Região Autónoma da Madeira e emissão de pareceres relacionados com os mesmos; Apoio técnico no âmbito da respetiva formação académica e especialização a projetos, concursos e realização de obras; - Ministrou ações de formação no domínio da sua formação académica e especialização;
- Procedeu à elaboração de documentação técnica e emissão de pareceres sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar;
- Foi representante do Governo Regional da Madeira na Comissão Nacional de Acompanhamento do Regime Jurídico de SCIE;
- De novembro de 2010 até agosto de 2013 - Dirigente do Núcleo de Segurança Contra Incêndios do Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM, exercendo a coordenação da unidade orgânica, análise, validação e emissão de pareceres no âmbito de projetos de especialidade de SCIE e de medidas de autoproteção, realização de vistorias e auditorias; apoio técnico no âmbito da respetiva formação académica e especialização a projetos, concursos e realização de obras;
- Participou na programação em ações de formação no domínio dos riscos;
- Procedeu à emissão de pareceres sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar e elaboração de documentação técnica;
- Foi representante do Governo Regional da Madeira na Comissão Nacional de Acompanhamento do Regime Jurídico de SCIE;
- De julho de 1995 até novembro de 2010 - Chefe da Divisão de Análise de Riscos Tecnológicos do Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira,

exercendo a coordenação da unidade orgânica, análise, validação e emissão de pareceres no âmbito da segurança contra incêndios e outros riscos tecnológicos, realização de vistorias e auditorias; emissão de pareceres sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar e elaboração de documentação técnica; programação e colaboração em ações de formação no domínio da sua formação académica e especialização; apoio técnico no âmbito da respetiva formação académica e especialização em projetos, concursos e realização de obras;

- Participou em ações de campo e operações de apoio, desenvolvidas pelo Serviço Regional Proteção Civil, IP-RAM na sequência do aluvião que assolou a Região Autónoma da Madeira em 20 de fevereiro de 2010;
- De março de 1994 a julho 1995 - Apoio técnico no âmbito da respetiva formação e especialização no Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, IP-RAM;
- De maio a junho de 1993 - Estágio no Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Lisboa / Regimento Sapadores Bombeiros, no âmbito da análise de projetos e fiscalização de obras no domínio da segurança e prevenção;
- De julho a dezembro de 1992 - Coordenação e Fiscalização de Obras na Delegação do Funchal dos Serviços e Fortificações das Obras do Exército.

Formação Profissional:

- Frequência com aproveitamento no “Seminário de Alta Direção para Dirigentes da Função Pública” ministrado pelo Instituto Nacional de Administração;
- Curso de Formação de Formadores - Bn.º 13 com duração de 164 horas, ministrado pela Lusitanaforma. Habilitado com Certificado de Aptidão Profissional EDF n.º 414/98 DRFP;
- Curso de Formação Profissional “Auditores Internos da Qualidade” com duração de 21 horas, ministrado pela Lexus-Consultores, Lda.;
- Curso de Formação Profissional “SIADAP RAM para Avaliadores”, com duração de 35 horas, ministrado na Escola Profissional Cristóvão Colombo;
- Curso de Formação Profissional “Implementação da Norma NP EN ISO 9001: 2008” com duração de 14 horas, ministrado pela Lexus-Consultores, Lda.;
- Curso de Formação Profissional “Auto-Avaliação na Administração Pública, segundo a CAF 2006” com duração de 21 horas, ministrado pela Lexus-Consultores, Lda.;
- Curso de Formação Profissional “Negociação de Objetivos de Desempenho” com duração de 30 horas, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local;
- Curso de Formação Profissional “Coaching para a Liderança e Desenvolvimento de Pessoas e Equipas” com duração de 30 horas, ministrado pelo Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM;
- Curso de Formação Profissional “Melhoria Contínua com a ISO 9001” com duração de 12 horas, ministrado pela DTIM;
- Curso de Segurança contra incêndios em edifícios para técnicos da Autoridade Nacional de Proteção Civil - Módulos I, II e III, com duração de 90 horas, ministrado na Escola Nacional de Bombeiros;

- Curso Teórico-Prático de “Iniciação sobre intervenção em incêndios em túneis”, com duração de 16h30m, ministrado pela Tunnel Safety Testing, SA.;
- Seminário de “Auto-Formação em Segurança de Túneis Rodoviários” realizado pela Comissão Europeia na Direction de la Défence et de Sécurité Civile de France.

Despacho n.º 506/2020

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 11 e 12 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho e alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, e com a alínea i) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2020/M, de 2 de janeiro, tendo sido cumprido todos os formalismos legais e na sequência da proposta de nomeação do júri do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 313/2020, publicado no JORAM, II Série, n.º 130, suplemento de 9 de julho, determino o seguinte:

- 1- Nomear, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Segurança contra Incêndios em Edifícios do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o licenciado em Engenharia Civil, Emanuel Nunes Ferreira.
- 2- A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.
- 3- A nota curricular do nomeado, consta em anexo ao presente despacho e dele faz parte integrante.
- 4- Esta despesa tem cabimento orçamental na rubrica da Secretaria 46, Capítulo 03, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas 01.01.03.00.00; 01.01.11.00.00; 01.01.13.00.00; 01.03.05.A0.B0.

A presente nomeação não carece de fiscalização prévia da Seção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, aos 7 dias do mês de dezembro de 2020.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL,
Pedro Miguel de Câmara Ramos

Anexo do Despacho n.º 506/2020 , de 16 de dezembro

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Emanuel Nunes Ferreira

Naturalidade: Funchal

Data de nascimento: 11-04-1966

Habilitações Académicas:

- Outubro de 2010 -Mestrado em Segurança aos Incêndios Urbanos com média final de 16 valores, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Maio de 2005 -Pós-Graduação em Segurança e Higiene do Trabalho com média final de 17 valores, pela Universidade da Madeira em colaboração com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- Setembro de 1995 -Licenciatura em Engenharia Civil com média final de 11 valores.

Experiência Profissional:

- De 24 de julho de 2019 até à atualidade- Chefe de Divisão de Segurança contra Incêndios em Edifícios no Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM;
- De 1 de setembro de 2006 até à atualidade- Técnico Superior no Núcleo de Análise de Riscos do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, com competências na análise e emissão de pareceres de projetos de segurança contra riscos de incêndio em edifícios, medidas de autoproteção; vistorias e inspeções;
- De janeiro de 2003 até setembro de 2006- Projetista na empresa Blocoproject - Projetos de Construção Civil, Lda. com competência na elaboração de projetos de construção civil;
- De janeiro de 2001 a novembro de 2002- Diretor de Obra na empresa Jardim do Sol - Construções, Lda. com competência na gestão e controlo de obras;
- De agosto de 1998 a janeiro de 2001- Diretor de Obra na empresa Elimar - Sociedade Construtora Castro Dias & Oliveira, Lda. com competência na gestão e controlo de obras;
- De dezembro de 1995 a agosto de 1998- Engenheiro de Frente na empresa Novapista - Ampliação do Aeroporto do Funchal, ACE com competência em terraplenagem, desmonte a fogo, estacaria, cimbramento / descimbramento cimbres especiais, betonagem, pré-esforço;
- Participação, como formador, no “Curso Geral de Proteção Civil” no módulo “A Comunicação do Risco” - 2,5 horas, realizado no SRPC, IP-RAM, em 09/12/2013, Funchal;
- Participação, como formador, no “Curso de Especialização Tecnológica - Guias da Natureza” no módulo “A Comunicação do Risco” - 2,5 horas, realizado na Universidade da Madeira, em 08/05/2013, Funchal;
- Participação, como formador, no “Curso Técnico de Proteção Civil”, no módulo “Sensibilização e Informação Pública” - 25 horas, realizado na Escola Profissional do Atlântico, de 08 de janeiro a 21 de fevereiro de 2012, Funchal;
- Participação, como formador na 1ª e 2ª edição, do “Curso de Segurança Contra Incêndio em Edifícios para Projetistas da 3ª e 4ª Categorias de Risco” nos módulos “Autoproteção e Gestão da Segurança” - 12 horas, e “Estudo de caso sobre Autoproteção e Gestão da Segurança” - 5 horas, realizado pelo ITeCons/IC na ACIF-CCIM, de 27 maio a 15 outubro de 2011 e 3 de fevereiro a 19 de maio de 2012, Funchal;
- Participação, como formador, no “Curso de Educação e Formação de Bombeiro - Formação Tecnológica”; no módulo “Escoramento de

- Edifícios”, com duração de 28 horas realizado no Quartel Bombeiros Voluntários de Santana de 2 de novembro a 28 novembro de 2012, promovido pela Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral - Santana;
- Participação, como formador na 2ª edição, do “Curso de Segurança Contra Incêndio em Edifícios para Projetistas das 3ª e 4ª Categorias de Risco” nos módulos “Autoproteção e Gestão da Segurança” - 12 horas, e “Estudo de caso sobre Autoproteção e Gestão da Segurança” - 5 horas, realizado pelo ITeCons/IC na ACIF-CCIM, de 28 outubro a 11 fevereiro de 2012, Funchal;
 - Participação, como formador, no “Curso Geral de Proteção Civil” realizado pelo Serviço Regional de Proteção Civil, Instituto Público - Região Autónoma da Madeira (SRPC, IP-RAM) no Arquivo Regional da Madeira (ARM) dia 27 de novembro de 2012 com o tema “Comunicação de Risco” com duração de 4 horas;
 - Formador no “Curso de Segurança contra Incêndios em Edifícios - O Novo Regulamento Nacional” com duração de 24 horas realizado no Funchal de 24 a 26 de maio de 2007, promovido pelo SRPCBM em colaboração com OA e SRMOE,
 - Participação, como formador, em ações de informação e sensibilização em matérias relacionadas com a proteção civil nos estabelecimentos de ensino da RAM (Jardins Infância, Pré-escolar, 1º, 2º, 3º e 4º Ciclos, Secundário, Centros de Apoio Ocupacionais (CAO), etc.) no projeto “Segurança em Casa na Rua e na Escola” em parceria com a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos (SRERH) e Associação Insular de Geografia (AIG), num total de 118 estabelecimentos, 251 ações e um público-alvo de 15461 pessoas (alunos, docentes, não docentes e encarregados de educação) - projeto a decorrer, e com início em 16 de fevereiro de 2011;
 - Elaboração do artigo “Regulamentação de Segurança contra Incêndio versus Engenharia de Segurança contra Incêndio”, apresentado pelo 2º autor nas 2as Jornadas de Segurança aos Incêndios Urbanos, realizadas em Coimbra no dia 3 de junho de 2011 no Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
 - Elaboração do artigo “O Método Hierárquico na Avaliação do Risco de Incêndio em Estações de Tratamento de Resíduos Sólidos, Parte II - Aplicação do Método”, apresentado pelo 2º autor no 1º Congresso Ibero-latino Americano em Segurança Contra Incêndios, realizado de 11 a 13 de março de 2011 na cidade de Natal, Brasil;
 - Elaboração do artigo “O Método Hierárquico na Avaliação do Risco de Incêndio em Estações de Tratamento de Resíduos Sólidos, Parte I - Apresentação do Método”, apresentado pelo 2º autor no 1º Congresso Ibero-Latino Americano em Segurança Contra Incêndios, realizado de 11 a 13 de março de 2011 na cidade de Natal, Brasil;
 - Elaboração e apresentação do tema “Risco de Incêndio numa Fossa de Resíduos Sólidos” no II Congresso Internacional e VI Encontro Nacional de Riscos, realizado em Coimbra nos dias 22 a 25 de maio de 2010, promovido pela RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança;
 - Elaboração e apresentação do tema “Risco de Incêndio na Sala de Comando duma Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos” no II Congresso Internacional e VI Encontro Nacional de Riscos, realizado em Coimbra nos dias 22 a 25 de maio de 2010, promovido pela RISCOS- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança;
 - Elaboração e apresentação do tema “Avaliação do Risco de Incêndio da Instalação de Tratamento de Resíduos Urbanos da Meia Serra na Ilha da Madeira” no 3º Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade realizado em Lisboa nos dias 3 a 5 de novembro de 2009, promovido pelo ESRA/IST.
- Formação Profissional:
- Workshop “Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Implicações nova Lei 58/2019”, com duração de 3 horas, realizado na sede do SRPC, IP-RAM, no dia 20/11/2019, promovido pela XisGroup;
 - Workshop “Fundamentos Avançados de SCIE”, com duração de 7 horas, realizado no Funchal, no dia 09/11/2019, promovido pela SFPE Portugal;
 - Seminário “Sistemas Mecânicos de Controlo de Fumo”, com duração de 4 horas, realizado em Câmara de Lobos, no Museu da Imprensa, no dia 21/02/2019, ministrado pela Sodeca Portugal;
 - Curso “Gestão de Segurança em Estabelecimentos Industriais”, com duração de 14 horas, realizado em Sacavém nos dias 22 e 23/10/2018, ministrado pela APSEI;
 - Curso de “Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa”, com duração de 8 horas no dia 16/04/2016, ministrado pelo SRPC, IP-RAM;
 - Curso de formação profissional “Sensibilização em combate a incêndios e evacuação de edifícios”, com duração de 7 horas, realizado no Funchal em 09/03/2015, ministrado pela ENB;
 - Curso “Técnicas de Escoramento e Desobstrução”, Nível I, com duração de 50 horas, realizado na ENB de 3 a 9 de fevereiro de 2014;
 - Curso de Reconhecimento direto de Técnico para Projeto e Plano de Segurança Contra Incêndio em Edifícios de 3ª e 4ª Categoria de Risco, registado na ANPC sob o n.º 816 em 18/02/2013; “Curso de Formação Inicial de Formadores em regime de e-Learning” com duração de 94 horas, realizado no Funchal entre 02 de fevereiro e 30 de abril de 2010 ministrado pela Proinov, Lda, com 17 valores;
 - Curso de Formação em “Manutenção de Sistemas de Proteção Contra Incêndio” com duração de 7 horas e 30 minutos nos dias 5 e 6 de novembro, no Centro de Congressos do Tagus Park em Oeiras, no âmbito das Jornadas Técnicas NFPA-APSEI 2008;
 - “Curso para Peritos Qualificados no Sistema de Certificação Energética: Módulo Certificação RCCTE” com duração de 15 horas realizado no Funchal dias 02 e 03 de junho de 2008, promovido pela SRMOE em colaboração com a ADENE - Agência para a Energia e a AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM, Perito Qualificado n.º 1318;
 - “Curso para Peritos Qualificados no Sistema de Certificação Energética: Módulo RCCTE” com duração de 29 horas realizado no Funchal dias 14 a 17, 23 e 30 de novembro de 2007, promovido pela

- SRMOE em colaboração com a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal e a AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM;
- Curso de “Projetistas de Redes de Gás” com duração de 30 horas, realizado no Funchal de 26 a 30 de abril de 2005, promovido pela OET;
 - Curso de “Segurança contra Incêndios - Elaboração de Projetos de SCI” com duração de 84 horas, realizado no Funchal de 25 de fevereiro a 15 de abril de 2005, promovido pela SRMOE em associação com a CERTITECNA - Engenheiros Consultores, SA;
 - Curso de Atualização “Cálculo Automático de Estruturas”, promovido pelo Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em fevereiro de 2003.

Aviso n.º 715/2020

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, após homologação do Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil, por despacho datado de 15 de dezembro de 2020, a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, afetos ao mapa de pessoal do Gabinete do Secretário Regional da Saúde e Serviços Dependentes, aberto através do Aviso n.º 491/2019, publicado no JORAM, II Série, n.º 159, suplemento, de 19 de setembro de 2019, se encontra afixada na sede da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, sita à Rua da Carreira, n.º 107, no Funchal, e disponibilizada na página eletrónica desta Secretaria Regional, <https://www.madeira.gov.pt/srs>.

Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, no Funchal, aos 15 dias do mês de dezembro de 2020.

O CHEFE DO GABINETE, Miguel Stringer de Oliveira Pestana

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Aviso n.º 716/2020

Torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum e ao abrigo dos artigos 6.º, 7.º, 40.º e 45.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, dos artigos 13.º, 20.º e 22.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2020/M, de 15 de janeiro, e dos artigos 7.º e 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, foram celebrados a 14 de dezembro de 2020, contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Carla Rubina Freitas de Sousa Basílio, Fabiano Baptista Abreu, Helena Maria Spínola de Vasconcelos Cardoso, Hélio Luís de Sousa Cabral e Maria dos Anjos Fernandes Belo Gomes, autorizado por despacho de 4 de dezembro de 2020 da Secretária Regional de Ambiente, Recursos Naturais e

Alterações Climáticas, para ocupação de seis postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, abrangidos pelo Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (anteriormente designada Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais), ficando os trabalhadores afetos ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, com a remuneração mensal de €693,13 (seiscentos e noventa e três euros e treze centimos), correspondente à constante na 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente técnico e ao nível 5 da Tabela Remuneratória Única (constante do anexo da Portaria n.º 1553-C/2008, 31 de dezembro, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março), nos termos do Anexo II do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, com início no dia 14 de dezembro de 2020.

Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, 14 de dezembro de 2020.

O CHEFE DO GABINETE, Altino Sousa Freitas

Aviso n.º 717/2020

1. Em cumprimento do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (adiante também designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, e 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, e pelas Leis n.ºs 79/2019, de 2 de setembro, 82/2019, de 2 de setembro, e 2/2020, de 31 de março, dos artigos 13.º a 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2020/M, de 10 de agosto, conjugado com o artigo 15.º da Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho, do Vice-Presidente do Governo Regional e da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais (adiante também designada apenas por Portaria), torna-se público que, por despacho de autorização, de 10 de dezembro de 2020, de Sua Excelência a Secretária Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira (JORAM), procedimento concursal comum, destinado a trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, para ocupação, mediante a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de seis postos de trabalho previstos e não ocupados da carreira e categoria de técnico de espaços verdes abrangidos pelo Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, previstos no mapa de pessoal do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, nos termos seguintes:

- 1.1. O presente procedimento concursal foi autorizado pelo Despacho de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares, de 27 de outubro de 2020, que aprova o Mapa Regional Consolidado de Recrutamento para os serviços e organismos da Administração Pública Regional, referente ao ano de 2020, nos termos do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugado com o disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2020/M, de 10 de agosto, tendo sido observado o procedimento prévio ao recrutamento de trabalhadores imposto pelo artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na redação em vigor, através de publicitação efetuada na BEP-RAM de 3 a 18 de novembro de 2020, sem que tenham existido trabalhadores interessados no recrutamento que preenchessem os requisitos exigidos para o mesmo.
- 1.2. Entidade Pública Empregadora: Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas.
2. Legislação aplicável: Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março; Lei n.º 2/2020, de 31 de março; Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro; Decreto Legislativo Regional n.º 12/2020/M, de 10 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na redação em vigor; Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2020/M, de 15 de janeiro; e Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/M, de 13 de maio, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 42/2016/M, de 29 de dezembro, e 3/2018/M, de 12 de janeiro.
3. Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos nos n.ºs 1 a 3 e 6 do artigo 36.º da Portaria.
4. Caracterização dos postos de trabalho a ocupar: Exercício de funções com conteúdo inerente ao descrito para a carreira e categoria de Técnico de Espaços Verdes, conforme previsto nos artigos 4.º e 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto (designadamente: a) Analisar projetos e outras especificações técnicas, de forma a identificar os dados necessários ao trabalho a realizar; b) Proceder à preparação do terreno para instalação de jardins e espaços verdes; c) Proceder à manutenção de jardins e espaços verdes, tendo em conta os hábitos vegetativos das espécies e as condições edafoclimáticas; d) Proceder à limpeza e conservação de arruamentos, canteiros e outras infraestruturas nos jardins e parques públicos; e) Operar com diversos instrumentos manuais e mecânicos para realização das tarefas inerentes à função de jardinagem; f) Proceder à manutenção, reparação, conservação e à limpeza dos utensílios, ferramentas, equipamentos e instalações inerentes ao trabalho desenvolvido; g) Organizar e registar dados referentes ao trabalho realizado, de forma a fornecer os elementos técnicos necessários à boa gestão dos espaços verdes; h) Realizar podas com recurso a métodos de escalada e uso de motosserras e/ou outros instrumentos e meios nos jardins e parques públicos), nas áreas de competências da Direção de Serviços de Gestão e Valorização de Espaços Verdes e Áreas Classificadas, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, previstas nas alíneas a) a y) do n.º 2 do artigo 5.º do anexo da Portaria n.º 294/2016, de 11 de agosto, dos Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e Recursos Naturais, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, 1ª Série, n.º 141, 2º suplemento, de 11 de agosto, das quais se destacam:
- a) Fomentar intercâmbios de conhecimentos e experiências, com outros jardins botânicos e outras instituições afins, assim como permutar material herborizado;
 - b) Gerir os espaços verdes sob sua jurisdição, nomeadamente quintas, jardins, parques florestais e ambientais, zonas de recreio e demais espaços associados ao uso social da floresta;
 - c) Assegurar a manutenção do Jardim Botânico da Madeira e dos jardins e parques públicos sob gestão do IFCN, IP-RAM;
 - d) Apoiar, orientar e participar na criação, manutenção e gestão de espaços verdes, promovendo a utilização de plantas nativas;
 - e) Assegurar a atualização, a manutenção e o funcionamento da base de dados sobre as plantas do Jardim Botânico da Madeira, bem como de outros espaços verdes sob sua jurisdição;
 - f) Elaborar o index seminum;
 - g) Assegurar e incrementar o banco de germoplasma;
 - h) Manter e desenvolver, em articulação com a Divisão de Conservação da Natureza e Bio(Geo)diversidade e outras entidades competentes, as coleções de herbário;
 - i) Garantir aos visitantes o acesso à informação botânica sobre as espécies existentes nos espaços verdes sob sua gestão;
 - j) Promover estudos sobre a capacidade de carga de jardins, quintas, veredas, levadas e outros percursos;
 - k) Promover e colaborar em estudos sobre modelos de gestão e de utilização sustentável dos espaços verdes sob sua jurisdição e propor medidas de gestão;
 - l) Promover a sustentabilidade das atividades desportivas, de recreio, lazer e turismo ecológico no meio natural, terrestre e marinho, garantindo a preservação dos valores naturais;
 - m) Propor regulamentação das utilizações de recreio, lazer, turismo ecológico e actividades desportivas no meio natural, terrestre e marinho, de modo a garantir a preservação dos valores naturais existentes;

- n) Promover e coordenar as atividades dos espaços públicos lúdico-florestais e demais espaços sob gestão do IFCN, IP-RAM;
 - o) Promover estudos e propor, em articulação com outras entidades, regras de boa conduta para os utilizadores dos espaços naturais e do meio marinho;
 - p) Propor e analisar propostas de novos percursos pedestres, de BTT, de canyoning, de todo-o-terreno, entre outros;
 - q) Propor, em articulação com outras entidades competentes, as medidas de gestão adequadas à conservação da Natureza e preservação da paisagem em espaços de uso múltiplo;
 - r) Promover, em articulação com outras entidades competentes, medidas de gestão adequadas à (re)naturalização de espaços públicos;
 - s) Propor a informação relevante relativa aos espaços sob gestão do IFCN, IP-RAM;
 - t) Garantir a gestão das diferentes áreas protegidas terrestres e marinhas, incluindo as de mar alto;
 - u) Promover, em articulação com outras entidades, as medidas de gestão adequadas à conservação das diferentes áreas protegidas;
 - v) Promover a criação de áreas protegidas e assegurar a sua implementação e gestão;
 - x) Promover e colaborar na inventariação da flora e da fauna do arquipélago da Madeira;
 - y) Exercer as demais competências que, dentro da sua área funcional, lhe sejam superiormente atribuídas.
- 4.1. Duração de trabalho: Nos termos do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto, os trabalhadores da carreira de técnico de espaços verdes estão sujeitos ao regime de duração de trabalho constante da LTFP, sendo considerados dias normais de trabalho todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.
5. Local de trabalho: Nos termos do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto, considera-se local de trabalho dos trabalhadores a recrutar toda a área da ilha da Madeira.
6. Posição remuneratória de referência: O posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, tendo por base a 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico de espaços verdes, a que corresponde o nível 4 da Tabela Remuneratória Única, nos termos do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto, observando o disposto no artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), e no artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, sem prejuízo do valor base da remuneração fixado para a administração pública nos termos do Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, e do valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira fixado no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/M, de 3 de março.
7. Requisitos de admissão: Podem ser candidatos ao presente procedimento concursal os cidadãos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, que reúnam os seguintes requisitos, até ao último dia do prazo de candidatura:
- 7.1. Os candidatos devem reunir os requisitos previstos no artigo 17.º da LTFP, a saber:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas a que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.
 - 7.2. Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto, apenas poderão ser recrutados indivíduos com idade igual ou inferior a 40 anos, completados no ano do procedimento.
 - 7.3. O nível habilitacional exigido é a Escolaridade obrigatória (por tratar-se do exercício de funções com o grau de complexidade 1), não existindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.
8. Perfil de competências associado ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.
- a) Realização e orientação para resultados;
 - b) Conhecimentos e experiência;
 - c) Trabalho de equipa e cooperação;
 - d) Relacionamento interpessoal;
 - e) Responsabilidade e compromisso com o serviço;
 - e) Orientação para a segurança.
9. Nos termos da alínea j) do n.º 3 do artigo 15.º da Portaria 359/2019, de 19 de junho, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira de Técnico de Espaços Verdes, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.
10. Apresentação da candidatura:
- 10.1. Prazo de apresentação da candidatura: O prazo de apresentação da candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
 - 10.2. Forma de apresentação da candidatura: A candidatura deve ser formalizada obrigatoriamente mediante preenchimento do formulário

- tipo a que se refere o artigo 48.º da Portaria, disponível no site da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas em <https://www.madeira.gov.pt/sraac/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/Equipa/Publicacoes>, ou no Gabinete de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, localizado à Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6, 5.º andar, 9064-506 Funchal, no período compreendido entre as 9h00 e as 17h30.
- 10.3. Os formulários de candidatura devem ser entregues nas instalações da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, sitas à Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6, 5.º andar, 9064-506 Funchal, das 9h00 às 17h30; ou, enviados pelo correio registado, com aviso de receção para a referida morada, dentro do prazo de abertura do procedimento concursal, não sendo admitido o envio de candidaturas por correio eletrónico.
- 10.4. O formulário de candidatura devidamente preenchido, datado e assinado, deve ser acompanhado da seguinte documentação:
- Cópia legível do certificado de habilitações académicas ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato, acompanhado dos documentos comprovativos dos factos nele invocados (incluindo a fotocópia dos certificados comprovativos da formação profissional), bem como acompanhado dos documentos comprovativos dos factos invocados no formulário da candidatura;
 - Documentos comprovativos de que o candidato reúne os requisitos de admissão constantes das alíneas a), b), c), d) e e) do ponto 7.1. do presente aviso;
 - Documentos comprovativos de que o candidato reúne os requisitos específicos de admissão constantes do ponto 7.2. do presente aviso.
- 10.5. Candidatos com vínculo de emprego público
Os candidatos já detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado devem ainda entregar (para além dos documentos indicados no ponto 10.4. deste aviso) os seguintes documentos:
- Declaração emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a modalidade de vínculo de emprego público de que o candidato é titular, data da sua constituição, a carreira, a categoria, a posição remuneratória em que se encontra nessa data, o tempo de serviço efetuado nessa categoria, na carreira e na função pública, assim como a atividade que se encontra a exercer, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas.
- 10.6. É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se referem as alíneas a), b), c), d) e e) do ponto 7.1. deste aviso, bem como dos requisitos a que se refere o ponto 7.2., desde que os candidatos declarem no formulário da candidatura, que reúnem os mesmos requisitos.
- 10.7. Os candidatos que sejam trabalhadores da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, ficam dispensados da entrega dos documentos exigidos nas alíneas a), do ponto 10.5. do presente aviso.
- 10.8. Os candidatos que sejam trabalhadores da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, ficam dispensados da entrega dos documentos comprovativos dos factos indicados no *curriculum vitae*, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no processo individual.
- 10.9. O júri pode exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, e que se encontrem deficientemente comprovados.
- 10.10. A não apresentação dos documentos exigidos, nos termos da Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho, determina a exclusão dos candidatos do procedimento concursal, nos termos do n.º 8 do artigo 24.º da referida Portaria.
- 10.11. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.
11. Métodos de seleção: Tendo em consideração que, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º da Portaria, no presente procedimento concursal é obrigatório utilizar o método de seleção prova de conhecimentos, podendo o júri determinar a utilização, para além do método de seleção obrigatório, de métodos de seleção facultativos ou complementares de entre os indicados nas alíneas b) a f) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria, serão aplicados aos candidatos como métodos de seleção:
- Prova de Conhecimentos (PC);
 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS).
- 11.1. Valoração dos métodos de seleção
Na valoração dos métodos de seleção referidos são adotadas diferentes escalas de classificação, de acordo com a especificidade de cada método, sendo os resultados convertidos para a escala de 0 a 20 valores e sendo a classificação final obtida pela aplicação da seguinte fórmula:
- $$CF = ([PC \times 70\%] + [EPS \times 30\%])$$
- Em que:
CF = Classificação Final
PC = Prova de Conhecimentos
EPS = Entrevista Profissional de Seleção
- 11.2. Prova de conhecimentos (PC)
A Prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profis-

sionais, e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício das funções correspondentes à caracterização do posto de trabalho a ocupar (sendo que, as competências técnicas se traduzem na capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas no âmbito da atividade profissional).

A Prova de conhecimentos incide sobre conteúdos de natureza específica relacionados com as exigências da função, será de natureza prática e de realização individual. Tem a duração máxima de trinta minutos e incide sobre as seguintes temáticas:

- a) Execução de tarefas habitualmente associadas à jardinagem, sejam no âmbito de uma intervenção inicial - como cava, limpeza, despedrega e modelação do terreno, abertura de covas, plantação, tutoragem, fertilização/correção do solo e rega - sejam em contexto de manutenção - - sacha e monda, tendo em vista potenciar o bom desenvolvimento das plantas; realização da limpeza das ferramentas utilizadas nas tarefas atrás referidas.

A bibliografia necessária à preparação dos temas sobre os quais incidirá a prova de conhecimentos é a seguinte: Teixeira, Amílcar e outros - Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes, Câmara Municipal de Bragança, 2009, edição disponível em PDF, designadamente em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2929?mode=full>.

Nas provas de conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas.

A prova de conhecimentos terá em conta parâmetros de avaliação tais como perceção e compreensão da tarefa, qualidade da realização, celeridade na execução e grau de conhecimentos técnicos demonstrados. Para efeitos de valoração deste método de seleção (PC) será aplicada a seguinte fórmula:

$$PC = PCT + QR + CE + GCTD,$$

em que:

PC = Prova de conhecimentos;

PCT = Perceção e compreensão da tarefa;

QR = Qualidade de realização;

CE = Celeridade na execução;

GCTD = Grau de conhecimentos técnicos demonstrados.

11.3. Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

Na Entrevista Profissional de Seleção (EPS) serão apreciados os fatores “sentido crítico”,

“motivação”, “expressão e fluência verbais” e “qualidade da experiência profissional”.

A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo o resultado final obtido através do cálculo da média aritmética simples, de acordo com a seguinte fórmula, numa escala de 0 a 20 valores:

$$EPS = (SC + MTV + EFV + QEP) / 4,$$

em que:

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

SC = Sentido Crítico

MTV = Motivação

EFV = Expressão e Fluência Verbais

QEP = Qualidade da Experiência Profissional

- 11.4. Cada um dos métodos de seleção é eliminatório pela ordem enunciada na lei, quanto aos obrigatórios, e pela ordem constante da publicitação quanto ao método complementar.
- 11.5. Em caso de igualdade de valoração, observar-se-á o disposto no artigo 31.º da Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho, conjugado com o disposto no artigo 66.º da LTFP.
12. Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma mencionado.
13. Nos termos da alínea r) n.º 3 do artigo 15.º da Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho, as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
14. Resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção
Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação da data, horário e local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 28.º da Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho, e por uma das formas previstas no n.º 2 do artigo 26.º da referida Portaria.
A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, a afixar em local visível e público das instalações da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas e do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, a disponibilizar nas suas páginas eletrónicas, com os endereços
<https://www.madeira.gov.pt/sraac/GovernoRegional>

/OGoverno/Secretarias/Structure/Equipa/Publicacoes e <https://ifcn.madeira.gov.pt/ifcn/recursos-humanos/procedimentos-concursais/tecnico-espacos-verdes.html>, respetivamente.

Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método seguinte, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, através de notificação, por uma das formas previstas no n.º 2 do artigo 26.º da Portaria n.º 359/2019, de 19 de junho.

15. Candidatos aprovados e excluídos

Constituem motivos de exclusão dos candidatos, o incumprimento dos requisitos gerais e especiais mencionados no presente Aviso, sem prejuízo dos demais requisitos, legal ou regulamentarmente previstos.

Constituem ainda motivos de exclusão a não comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção que exijam a sua presença e a obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção aplicado, não sendo, neste caso, aplicado o método de seleção seguinte.

16. Lista dos candidatos e homologação da lista de ordenação final:

A lista dos candidatos é afixada em local visível e público das instalações da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas e do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, e disponibilizada nas suas páginas eletrónicas, com os endereços

<https://www.madeira.gov.pt/sraac/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/Equipa/Publicacoes> e <https://ifcn.madeira.gov.pt/ifcn/recursos-humanos/procedimentos-concursais/tecnico-espacos-verdes.html>, respetivamente.

Após homologação, a lista unitária de ordenação final dos candidatos é publicada na 2.ª série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, afixada em local visível e público das instalações da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas e do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, disponibilizada nas suas páginas eletrónicas, com os endereços

<https://www.madeira.gov.pt/sraac/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/Equipa/Publicacoes> e <https://ifcn.madeira.gov.pt/ifcn/recursos-humanos/procedimentos-concursais/tecnico-espacos-verdes.html>, respetivamente.

17. Júri do procedimento concursal:

Foi nomeado o seguinte Júri para o presente procedimento concursal:

Presidente do Júri:

- Dr.ª Paula Marília Faria Freitas Gomes Figueira, Técnica Superior integrada no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, afeta ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

Vogais efetivos:

- 1º Vogal - Dr. José Eleutério Câmara Lopes, Técnico Superior integrado no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, afeto ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
- 2º Vogal - Arqta. Ana Virgínia Arrôbe Valente da Silva, Técnica Superior integrada no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, afeta ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

Vogais suplentes:

- Eng.ª Luísa Maria Gouveia, Diretora de Serviços de Gestão e Valorização de Espaços Verdes e Áreas Classificadas do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM; e,
- Eng.ª Maria Dolores Teixeira Sousa, Técnica Superior integrada no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, afeta ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

18. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, aos catorze de dezembro de 2020.

O CHEFE DO GABINETE, Altino Sousa Freitas

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 5,48 (IVA incluído)